

Projeto de autoavaliação institucional do Inatel

I – Introdução

O projeto de autoavaliação institucional do Inatel é conduzido pela **Comissão Própria de Avaliação do Inatel (CPA)**.

A CPA foi instituída pela Lei 10.861, de 14/04/2004, que em seu artigo 11, determina:

“Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá uma Comissão Própria de Avaliação – CPA, ..., com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e aos demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.”

A Lei 10.861 foi regulamentada pela Portaria nº 2051, de 09/07/2004, que afirma, em seu Artigo 7º, que as Comissões Próprias de Avaliação (CPAs):

"terão por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

§ 1º As CPAs atuarão com autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior;

§ 2º A forma de composição, a duração do mandato de seus membros, a dinâmica de funcionamento e a especificação de atribuições da CPA deverão ser objeto de regulamentação própria, a ser aprovada pelo órgão colegiado máximo de cada instituição de educação superior."

II – Ações permanentes da CPA

1. Sensibilização da comunidade acadêmica:

a) Realização de encontros com o objetivo de apresentar os resultados da CPA, em suas diferentes etapas, aos diversos segmentos da comunidade acadêmica.

b) Divulgação dos resultados da autoavaliação institucional:

- Link da CPA na página do Inatel;
- Distribuição de *folders* e cartazes;
- Informações nos principais veículos de comunicação interna.

2. Coleta de dados junto aos segmentos da comunidade acadêmica:

Este procedimento tem por objetivo um monitoramento contínuo das atividades do Inatel.

Os dados gerados também servirão de fonte (em análise de série histórica) de informação para elaboração dos relatórios da Avaliação Institucional, solicitados pelo INEP.

3. Revisão dos instrumentos de avaliação existentes e construção de novos instrumentos quando necessário:

Questionários on-line: conjuntos de questões referentes a diferentes dimensões da avaliação a serem respondidas pelos participantes através de sistema computacional e email. Será priorizado o uso de questionários com questões fechadas, de modo a facilitar a análise comparativa e/ou quantitativa. Haverá sempre, no entanto, um campo de comentários livres para a coleta de opiniões sobre tópicos não previstos nos questionários. O conteúdo das questões é derivado das dimensões do SINAES e de pontos importantes de investigação identificados pelos funcionários dos setores a partir de outros instrumentos metodológicos (entrevistas e grupos de foco).

4. Análise documental

Trata-se da análise de documentos oficiais do Inatel coletados e selecionados a partir de sua relevância. Diz respeito também a análise de documentos com resultados de avaliações externas gerados por órgãos oficiais, como resultados do ENADE, relatórios do INEP de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, etc.

5. Aplicação dos instrumentos de avaliação aos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, bem como à sociedade civil, quando pertinente:

- Os instrumentos serão disponibilizados a todos os membros de determinado segmento da comunidade acadêmica, sempre com adesão voluntária. Em casos especiais, poderá ser trabalhado por amostragem. Outro aspecto importante da adesão voluntária é o estímulo ao estabelecimento de uma cultura de avaliação institucional e a possibilidade de mensuração dentro de cada segmento da comunidade acadêmica do Inatel.
- Poderão ser realizadas reuniões para grupos específicos com dinâmicas próprias para eventos de avaliação das dimensões do SINAES e outros tópicos importantes para a autoavaliação institucional e de cursos.

6. Reuniões com grupos e segmentos institucionais para análise das dimensões institucionais (SINAES):

A análise em grupo como método qualitativo de avaliação, permite a investigação aprofundada de um determinado tema, a exploração e entendimento quanto às idéias e reações, dos integrantes dos grupos que representam uma amostra do universo objeto de estudo.

7. Avaliação das dimensões previstas na Lei nº 10.861/2004 agrupadas por afinidade em cinco eixos.

Através dos dados coletados, a CPA identificará pontos positivos e negativos em relação à dimensão avaliada que servirão de base para o trabalho da direção.

A identificação destes pontos permitirá a adoção de medidas corretivas com relação aos pontos de melhoria identificados e a intensificação dos esforços nos pontos positivos, maximizando-se o que existe de melhor no Inatel.

As dimensões da Lei nº 10.861/2004 são as seguintes:

1ª) Planejamento de Avaliação Institucional

Objetivo: Analisar a descrição e a identificação dos principais elementos do processo avaliativo do Inatel em relação ao seu PDI, aos relatórios elaborados pela CPA e aos demais documentos institucionais avaliativos do período que constituiu o objeto de avaliação:

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação deste eixo:

- Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional.
- Projeto/processo de autoavaliação institucional.
- Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica.
- Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados.
- Elaboração do relatório de autoavaliação.

Ações previstas:

- Reuniões técnicas com os diversos setores do Inatel para a análise da aplicação efetiva do PDI.
- Análise de todos os dados obtidos a partir das avaliações.
- Divulgação dos processos e resultados da autoavaliação.

Setor Responsável: CPA

2ª) Desenvolvimento institucional

Objetivo: Analisar e determinar a coerência existente entre PDI e as ações institucionais nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende, igualmente, verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pelo Inatel no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento econômico e social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI:

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação deste eixo:

- Missão institucional, metas e objetivos do PDI.
- Coerência entre o PDI e as atividades de ensino de graduação e de pós-graduação.
- Coerência entre o PDI e as práticas de extensão.
- Coerência entre o PDI e as atividades de pesquisa/iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
- Coerência entre o PDI e as ações institucionais no que se refere à diversidade, ao meio ambiente, à memória cultural, à produção artística e ao patrimônio cultural.
- Coerência entre o PDI e as ações institucionais voltadas para o desenvolvimento econômico e social.
- Coerência entre o PDI e ações de responsabilidade social: inclusão social.
- Coerência entre o PDI e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial.
- Coerência entre o PDI e a política institucional de EAD.

Ações previstas:

- Reuniões com as diversas áreas do Inatel para a incorporação de sugestões e atualização do PDI.
- Acompanhamento da aplicação do PDI e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos no dia a dia da instituição.
- Levantamento dos programas de responsabilidade social, desenvolvidos pelo Inatel e avaliação do impacto destes programas na comunidade.

Setor Responsável: gestores ligados ao ensino, pesquisa e extensão.

3ª) Políticas acadêmicas

Objetivo: Analisar e verificar os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação deste eixo:

- Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação.
- Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação stricto sensu.
- Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação lato sensu.
- Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, tecnológica, artística e cultural.
- Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão.

- Políticas institucionais e ações de estímulo relacionadas à difusão das produções acadêmicas: científica, didático-pedagógica, tecnológica, artística e cultural.
- Comunicação do Inatel com a comunidade externa.
- Comunicação do Inatel com a comunidade interna.
- Programas de atendimento aos estudantes.
- Programas de apoio à realização de eventos internos, externos e à produção discente
- Política e ações de acompanhamento dos egressos
- Atuação dos egressos da IES no ambiente socioeconômico.
- Inovação tecnológica e propriedade intelectual: coerência entre o PDI e as ações institucionais.
- Internacionalização: coerência entre o PDI e as ações institucionais.

Ações previstas:

- Reuniões de integração de informações da graduação e pós-graduação.
- Reuniões para o acompanhamento da produção acadêmica na instituição.
- Análise dos programas de iniciação científica e difusão cultural da instituição.
- Reuniões para o acompanhamento dos programas de extensão.
- Definição de propostas de facilitação da comunicação da instituição com as comunidades interna e externa.
- Levantamento de publicações utilizadas pela instituição para a sua efetiva comunicação com as comunidades interna e externa.
- Aplicação de instrumentos de avaliação de acompanhamento dos egressos.
- Reuniões com os núcleos de apoio aos discentes.
- Acompanhamento dos relatórios de atendimento aos discentes.

Setor Responsável: gestores ligados ao ensino pesquisa e extensão e núcleos de apoio discente.

4ª) Políticas de gestão

Objetivo: Avaliar o desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação deste eixo:

- Política de formação e capacitação docente.
- Política de formação e capacitação do corpo técnico-administrativo.
- Política de formação e capacitação de tutores presenciais e à distância.
- Gestão institucional.
- Sistema de registro acadêmico.
- Sustentabilidade financeira.
- Relação entre o planejamento financeiro (orçamento) e a gestão institucional.
- Coerência entre plano de carreira e a gestão do corpo docente
- Coerência entre o plano de carreira e a gestão do corpo técnico-administrativo.

Ações previstas:

- Levantamento das políticas de capacitação para o corpo docente e o corpo técnico administrativo.
- Criação de instrumentos de autoavaliação referente às políticas de capacitação para serem respondidos pelos membros do corpo docente e corpo técnico administrativo.
- Análise do plano de gestão.
- Análise dos órgãos de participação da comunidade na gestão da instituição.

- Acompanhamento dos processos de registro acadêmico.
- Acompanhamento dos relatórios econômico financeiros da instituição.
- Acompanhamento da aplicação do plano de carreira para o corpo docente e corpo técnico administrativo.
- Criação de um banco de dados gerencial integrado.

Setor Responsável: Gestores acadêmicos, financeiros e de recursos humanos.

5ª) Infraestrutura física

Objetivo: Avaliar as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Aspectos que deverão ser considerados na avaliação deste:

- Instalações administrativas.
- Salas de aula.
- Auditório(s).
- Sala(s) de professores.
- Espaços para atendimento aos alunos.
- Infraestrutura para CPA.
- Gabinetes/estações de trabalho para professores em Tempo Integral -TI.
- Instalações sanitárias.
- Biblioteca: infraestrutura física.
- Biblioteca: serviços e informatização.
- Biblioteca: plano de atualização do acervo.
- Sala(s) de apoio de informática ou infraestrutura equivalente.
- Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação. • Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física.
- Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: serviços.
- Espaços de convivência e de alimentação.
- Ambiente virtual de aprendizagem.

Ações previstas:

- Reuniões com os setores diretamente responsáveis pela infraestrutura da instituição. (prefeitura do campus, Biblioteca, coordenação de laboratórios e prestadores de serviço externos)
- Criação de instrumentos de autoavaliação para serem respondidos pela comunidade acadêmica (Docentes, discentes, funcionários e alunos egressos).

Setor Responsável: gestores acadêmicos, de recursos humanos e prefeitura do campus.

8. Elaboração de relatórios parciais e finais de cada ciclo da Avaliação Institucional:

Com o objetivo de sistematizar e organizar os dados coletados e interpolar os diferentes instrumentos de avaliação, quantitativos e qualitativos, para cada avaliação realizada durante o ano, será sistematizado um relatório, com documentos comprobatórios anexados, inclusive da análise das dimensões. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Inatel será o balizador do processo de avaliação.

9. Divulgação dos resultados do processo da Avaliação Institucional:

Ao final de cada avaliação, a CPA divulgará os resultados à comunidade, permitindo que cada segmento avaliado possa se apropriar dos dados e estabelecer metas de melhorias em suas ações.

III – Ciclo de autoavaliação

As ações da CPA do Inatel seguem o ciclo avaliativo estabelecido no cronograma a seguir. As avaliações específicas dos núcleos, centros e setores poderão ser realizadas sempre que a CPA julgar necessário, possibilitando o detalhamento do (s) ponto (s) de correção ou melhoria detectado (s) pela avaliação institucional.

	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Janeiro	-	Avaliação da Prefeitura do Campus	-
Fevereiro	Avaliação Institucional	Avaliação Institucional	Avaliação Institucional
Março	Relatório final da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Relatório final da Comissão Própria de Avaliação (CPA)	Relatório final da Comissão Própria de Avaliação (CPA)
Abril	-	Avaliação do Centro de Recursos Humanos (CRH)	-
Maiο	-	Avaliação do Núcleo de Orientação Educacional (NOE)	-
Junho	Avaliação Docente	Avaliação Docente Avaliação do Núcleo de Estágios e Serviços Profissionais (NESP)	Avaliação Docente
Julho	-	-	-
Agosto	Avaliação do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC)	Avaliação do Núcleo de Empreendedorismo e Inovação (NEMP)	Avaliação dos Cursos
Setembro	-	Avaliação da Assessoria de Comunicação e Marketing (ASCOM)	-
Outubro	Avaliação do Centro de Integração Científica, Cultural e Tecnológica (CICCT)	Avaliação do Inatel Competence Center (ICC)	-
Novembro	Avaliação Docente Avaliação da Casa Viva Avaliação do Serviço de Registro Acadêmico (SRA)	Avaliação Docente Avaliação da Casa Viva	Avaliação Docente Avaliação da Casa Viva
Dezembro	Avaliação do Centro Administrativo Financeiro (CAF)	-	-